

**“OS MORADORES ÍNDIOS QUE AINDA EXISTEM...”: SOCIOESPACIALIDADE
DOS POVOS INDÍGENAS NAS VILAS DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ EM 1833**

***Gabriel Henrique dos Santos Ferreira, Sandra Maria Fonseca da Costa, Maria
Aparecida Chaves Ribeiro Papali***

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi,
2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, bielhenrique.sjk@gmail.com,
sandra@univap.br, cidapapali@gmail.com

O presente trabalho busca analisar as questões socioespaciais dos povos indígenas nas vilas localizadas no arquipélago do Marajó de acordo com os registros fornecidos pela “*Corografia Paraense, ou descrição física, histórica e política da Província do Grão-Pará*”, de Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva e publicado em 1833. Os ensaios de corografia fornecem uma base de dados históricas ao leitor, permitindo a compreensão de múltiplas camadas localizadas em tempos longínquos (Araujo, 2013). Diante disso, o foco deste estudo é descrever como foi retratada, na Corografia Paraense, a presença dos povos indígenas em algumas das localidades do arquipélago do Marajó: as vilas de Monsarás, Monforte, Salvaterra e Chaves. Metodologicamente, o trabalho pauta-se em uma análise da Corografia Paraense de 1833, disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Pública de Nova York.

Durante o processo de ocupação colonial do arquipélago do Marajó, as nações indígenas que viviam neste território antes da chegada de Portugal foram incorporadas às políticas religiosas e urbanizadoras da Coroa, que permitiu a instalação de distritos missionários pela colônia (Amorim, 2005). Santos (2012) pontua que os aldeamentos foram criados como garantia da colonização e da catequização dos povos originários, sendo um instrumento da Coroa para garantir o domínio territorial e religioso. Neste contexto, surgem as aldeias de Joannes, dos Aruans, de Caiá e dos Sacacás.

Em 1757, devido as disputas territoriais entre Portugal e Espanha para a demarcação das fronteiras amazônicas e somada à expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, as antigas aldeias foram elevadas em vilas e receberam um topônimo português para legitimar o domínio de Portugal na região (Leonardi, 2013). Neste sentido, as aldeias supracitadas tornaram-se, respectivamente, Monforte, Chaves, Monsarás e Salvaterra.

Publicada em 1833, a Corografia Paraense apresenta estudos descritivos sobre as localidades do Grão-Pará, Amazonas e do Marajó. Com enfoque nas caracterizações realizadas nas vilas do arquipélago, constata-se que a questão indígena é mencionada nas descrições, mas é possível notar um baixo número de indígenas vivendo nas vilas. Gomes (2011) pontua que, a partir de 1780, houve um aumento das fugas no arquipélago do Marajó, citando, por exemplo, Monforte, Chaves e Monsarás. Com a descrição da Corografia Paraense, é possível perceber indícios disso.

Em Monsarás, Silva (1833, p. 337) descreve que “*o serviço publico do pescueiro, e da Capital tem feito desertarem os Índios, de sorte que toda a população consta*

actualmente de novecentos e cincoenta e nove habitantes espalhados pelo termo, entregando-se os Indios, que ainda restam, á cultura e pesca". A descrição demonstra que os povos indígenas que viviam em Monsarás perderam sua principal forma de inserção econômica dentro da vila: a pesca do peixe seco em decorrência da instalação do Pesqueiro Nacional, de propriedade da Coroa Portuguesa, na localidade, fazendo muitos rumarem para outras localidades.

Na Vila de Monforte, *"os moradores Indios que ainda existem, procedem dos Sacacas, cujo dialecto comumente praticam entre si"* (Silva, 1833, pp. 337-338). O termo "ainda" permite entender que houve uma diminuição da população indígena na vila mas que no momento restam alguns vivendo na localidade. Esta descrição foi escolhida para ser o título desta pesquisa devido à ênfase dada pelo termo "ainda": possuem indígenas vivendo nesta região, mas em número inferior ao que já existiu.

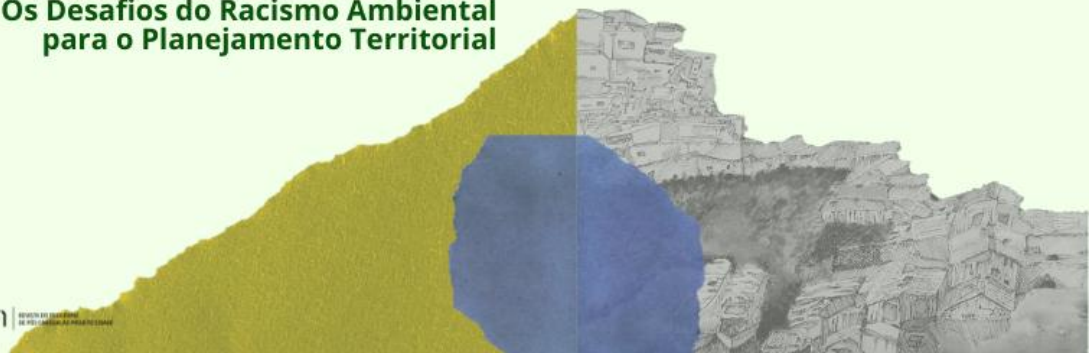
Quanto em Salvaterra, Silva (1833, p. 338) retrata que *"as casas são todas de palha, e em pequeno numero, porque os habitantes Indios a tem quase desamparado"*, indicando que devido ao êxodo da população indígena da vila, a localidade não possuía um grande número de residências, não sendo explicada as motivações para a migração.

Por sua vez, a descrição de Silva (1833, pp. 338-339) em Chaves traz a seguinte constatação:

Antes de erecta em villa chamava-se Aldêa dos Aruans, por ser aqui o assento principal destes Indios, que frequentemente assaltaram os estabelecimentos dos conquistadores nas imediações da Capital, encorajados pelos Holandezes, com quem commerceavam: alguns destes Indios ainda ali se conservam, tendo a maior parte deles sido transferida para a Povoação do Murû no rio Tocantins, por ordem do Governador D. Francisco de Sousa Coitinho (Silva, 1833, pp. 338-339).

Este escrito relata que houve uma migração forçada da nação Aruan do Marajó para as proximidades do Rio Tocantins, causando uma diminuição do contingente populacional indígena da região da contra-costa do arquipélago. O autor indica que os indígenas lutaram contra Portugal a favor dos holandeses, e como punição, foram exilados para longe de suas terras originais, fato ainda pouco estudado devido à escassez documental existente, mas que demonstra a ação do poder estatal em intervir nas ocupações humanas existentes.

Como considerações finais, torna-se notório que, diante do processo de colonização portuguesa no arquipélago do Marajó e a constituição de aldeias missionárias e vilas na região, os povos indígenas foram marginalizados socioespacialmente, ocorrendo migrações de forma espontânea, como visto em Monsarás, Monforte e Salvaterra, ou migrações forçadas, como retratado em Chaves. As questões econômicas e demográficas, tratadas implicitamente na Corografia Paraense, influenciaram na baixa presença de indígenas nas vilas citadas no período.



Referências

AMORIM, Maria Adelina. **Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005.

ARAUJO, Renata Malcher de. Geografias descritas: cidades, vilas e povoações nos relatos, roteiros e corografias do final do século XVIII e início do XIX. In: FRIDMAN, Fania (org.). **Cidades do novo mundo: ensaios de urbanização e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, pp. 91-106.

GOMES, Flávio. Migrações, populações indígenas e etno-genese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, Debates, 2011.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira**. Brasília: Editora UnB/Paralelo 15, 2013.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)**. Tese (doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Corografia Paraense, ou descrição física, histórica e política da Provincia do Gram-Pará**. Salvador: Typografia do Diario, 1833. Disponível em: <https://archive.org/details/corografiaparae00silvgoog>. Acesso em: 27. mar. 2026.